

Modelos transgêneros põem cordialidade brasileira à prova

(Folha de S.Paulo, 01/04/2014) Quando era garoto no interior do Brasil, Carol Marra observava seus pais corrigirem estranhos que comentavam como era bonitinha a filha deles. Hoje uma das favoritas entre o grupo crescente de modelos transgêneros brasileiras, Carol, 26, virou estrela.

Ela já participou de duas minisséries da TV brasileira, está lançando uma linha de lingerie e foi a primeira modelo trans a desfilarem no Fashion Rio.

Sua popularidade aponta para avanços notáveis, embora precários, dela e de seus poucos pares na cultura popular brasileira. Num país que festeja publicamente sua herança mestiça e multicultural, as capitais cosmopolitas do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, já se tornaram lugares onde a mudança de sexos é cada vez mais aceita. Mas o Brasil ainda é, de muitas maneiras, um país conservador, com forças religiosas poderosas que podem criar um ambiente hostil para sua população gay e transgêneros.

“Dizem que o Brasil é um país liberal e progressista, mas não é bem assim”, comentou Carol. Ela própria virou exemplo de sucesso para cada vez mais modelos transgêneros que, como ela, migraram de regiões mais remotas para São Paulo, considerada a mais importante capital da moda da América Latina.



Felipa Tavares é uma das modelos que têm espaço garantido no mercado nacional

Foto: Lianne Milton / NYTNS

Relativas novatas como Melissa Paixão, Camila Ribeiro e Felipa Tavares vêm conseguindo trabalho em desfiles e catálogos no mercado nacional de moda. Camila Ribeiro desfilou no Fashion Business, no Rio, para a Santa Ephigênia, uma grife de moda feminina. E Melissa Paixão vai estar no próximo catálogo de Walério Araújo, importante estilista brasileiro.

As modelos trans dizem que suas experiências confirmam a ideia de que os avanços em sua aceitação social têm sido irregulares, não obstante a imagem do Brasil como país em que vale tudo.



Camila Ribeiro modelos de sucesso

Foto: Lianne Milton / NYTNS

O cross-dressing tem história no Brasil, chegando ao auge todos os anos no Carnaval. Os shows de drag queens feitos por artistas gays e transgêneros viraram moda nas boates cariocas nos anos 1950.

O Brasil vem dando apoio crescente aos direitos dos homossexuais. Uma das maiores paradas gays do mundo acontece em São Paulo, e desde 2010 o Judiciário brasileiro respalda o direito dos casais gays a formalizar uniões civis, adotar filhos e se casar. Mas uma proposta de distribuir kits antidiscriminação na rede de ensino público foi derrotada pelo governo depois de membros da bancada evangélica no Congresso terem reclamado de seu conteúdo sexual.

E a violência e o preconceito contra as populações gays e transgêneros ainda é grande. O Grupo Gay da Bahia, destacada organização de defesa dos

direitos dos homossexuais, denunciou 338 assassinatos de gays, lésbicas e transgêneros em 2012.

Roberta Close, que posou para a “Playboy” em 1984, é considerada a primeira modelo trans do país e, com sua estética de menina, conquistou uma legião de fãs homens. A atriz Rogéria, nascida Astolfo Barros Pinto, é conhecidíssima no país, depois de aparecer na TV Globo durante anos. A modelo trans brasileira mais conhecida internacionalmente é Lea T, nascida Leando Cerezo, filho do ex-jogador de futebol Toninho Cerezo.

Mesmo assim, a proporção de modelos trans é minúscula, considerando as dimensões do setor da moda no Brasil.

Carol Marra disse que sua fama no mundo da moda não chega a outros âmbitos. Ela contou que recebe uma enxurrada de mensagens vulgares de homens em sua página no Facebook.

“Eu nunca quis ser ativista da causa”, disse a modelo. “Pensava que era uma mulher como outra qualquer.” Mas ela começou a se manifestar depois de receber mensagens de indivíduos trans de lugares mais distantes do país, como uma prostituta em Manaus.

Carol disse que não recebe tratamento justo quando é chamada para trabalhar como atriz, dizendo que só foi escalada para papéis de mulheres trans. “Os atores geralmente são gays e podem fazer papéis de galã”, disse a modelo a seu diretor numa tomada de sua minissérie. “Por que eu não posso fazer papel de empregada, de secretária, de árvore?”

Acesse o PDF: [Modelos transgêneros põem cordialidade brasileira à prova](#)

Comissão Nacional da Verdade deve recomendar criminalização da homofobia, por Roldão Arruda

(O Estado de S. Paulo, 30/03/2014) Durante a audiência pública sobre Ditadura e Homossexualidade no Brasil, realizada no sábado (29), em São Paulo, o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, que representava a Comissão Nacional da Verdade, defendeu a criminalização de crimes homofóbicos.

“Vinte e cinco anos depois da Constituição de 1988, não existe uma legislação que puna o delito de discriminação por homofobia”, disse Pinheiro, após ouvir relatos sobre recentes crimes contra homossexuais cometidos no País. “É mais do que tempo que o projeto de lei que criminaliza a homofobia seja aprovado.”

Embora não falasse em nome da Comissão, o cientista político deixou claro que o assunto será discutido pelo grupo e pode fazer parte do capítulo final do relatório que será entregue em dezembro à presidente Dilma Rousseff.



Pinheiro atua na coordenação de um grupo da Comissão Nacional que pesquisa as perseguições a homossexuais na ditadura. Desde a criação da comissão, em 2012, que se cogita na possibilidade de dedicar uma parte do seu relatório final, que será concluído em dezembro, ao assunto. Até ontem, porém, não havia sido realizado nenhum ato público específico para a questão homossexual.

A audiência, no Memorial da Resistência, foi organizada pela Comissão Nacional e pela Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, com o apoio das secretarias estaduais de Justiça e de Cultura. O objetivo específico era tratar de perseguições sofridas por homossexuais nos 21 anos da

ditadura, assim como as formas de resistência que essa minoria desenvolveu no período.

O historiador americano e brasilianista James Green, que é professor na Universidade de Brown e assessora a Comissão Nacional, qualificou a audiência como um fato “histórico”.

Green também defendeu a revisão da Lei da Anistia de 1979. “Vou lutar, aqui no Brasil e fora, até que os agentes do Estado que participaram dessas barbaridades sejam condenados”, afirmou, numa referência a militares e policiais civis que, após terem torturado e assassinado opositores do regime, acabaram beneficiados pela Lei e hoje não podem ser legalmente penalizados.

Green integrou o Grupo Somos, criado em plena ditadura, com o propósito de defender os direitos dos homossexuais e é autor do livro *Além do Carnaval*, sobre a questão da homossexualidade no Brasil no século 20. Prepara atualmente uma biografia de Herbert Daniel, que fez parte de um grupo de luta armada no período ditatorial e tornou-se um dos primeiros ativistas no País dos direitos dos portadores do vírus da Aids.

Na audiência pública de ontem, Green lembrou que a Lei da Anistia beneficiou torturadores, ao mesmo que excluía militantes de esquerda. “Herbert Daniel não foi incluído na Lei da Anistia porque estava envolvido em dois sequestros de embaixadores, para libertar 110 companheiros e companheiras que foram presos e brutalmente torturados. Ele não foi anistiado, mas as pessoas que torturam os seus amigos foram”, afirmou.

A audiência pública foi encerrada com um painel sobre violações dos direitos dos homossexuais na ditadura. Os seis convidados para fazer exposições terão artigos publicados no livro *Ditadura e Homossexualidade no Brasil: Repressão, Resistência e Busca da Verdade*, que também é organizado por Green e deve ser lançado em novembro.

Um dos expositores, o advogado Renan Quinalha, assessor da Comissão Estadual, observou que o objetivo dos pesquisadores e ativistas gays não é apenas o acerto de contas com o passado. “O que estamos discutindo aqui

também visa influir no relatório final da Comissão Nacional em relação à diversidade”, afirmou. “O objetivo é radicalizar e aprofundar a democracia, levá-la além dos limites que estão postos atualmente.”

Acesse o PDF: [Comissão Nacional da Verdade deve recomendar criminalização da homofobia, por Roldão Arruda](#)

Reino Unido legaliza casamento entre homossexuais

(O Estado de S. Paulo, 29/03/2014) Casais homossexuais do Reino Unido aproveitaram os primeiros minutos deste sábado para oficializar sua união, após a entrada em vigor de uma nova lei no país. Trata-se de um profundo sinal de mudança em um país onde pouco mais de uma década atrás era proibido “propagandear” a homossexualidade.

Pesquisas de opinião mostram que quase dois terços dos britânicos apoiam a união homossexual, sendo que a aprovação é ainda maior entre os jovens. No país não foram registrados grandes protestos contra o casamento gay, ao contrário do que aconteceu na vizinha França. Bandeiras com arco-íris foram hasteadas em dois prédios governamentais nesta sexta-feira, em um gesto classificado pelo vice-primeiro-ministro, Nick Clegg, como “um pequeno símbolo para celebrar uma enorme conquista”.

Na década de 1980 o governo da primeira-ministra Margareth Thatcher aprovou um projeto que proibia as escolas e autoridades locais de propagandear a homossexualidade ou descrevê-la como uma “pretensa

relação familiar”. Essa lei só foi revogada em 2003. Mesmo assim, quando o Parlamento aprovou o casamento gay em junho do ano passado, foi por uma ampla margem e com o apoio do Partido Conservador, do premiê David Cameron.

O governo também conseguiu driblar parte da oposição ao projeto ao permitir que alguns grupos religiosos se recusem a promover casamentos entre homossexuais, como os quakers e os judeus liberais. A Igreja Anglicana, que possui o maior número de fiéis no país, está dividida sobre o assunto e ainda não promoveu nenhuma celebração desse tipo.

O Reino Unido é o 15º país do mundo a legalizar o casamento entre homossexuais, mas o avanço nos direitos dos gays ainda não é universal. Vários países, incluindo Uganda e Rússia, introduziram recentemente leis contra os homossexuais.

Fonte: Associated Press.

Acesse o PDF: [Reino Unido legaliza casamento entre homossexuais](#)

Metade da população aceita direitos de LGBTs, mas não fora do “armário”

(Carta Capital, 27/03/2014) Segundo estudo, é notável o avanço da aceitação do princípio da igualdade, mas a intolerância aparece em relação a situações concretas, como manifestações de afeto

É o famoso “não tenho nada contra, mas não quero perto de mim”. Na pesquisa sobre tolerância social à violência contra mulheres, realizada pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), metade dos 3.810 entrevistados pelo instituto (50,1%) afirma que casais de pessoas do mesmo sexo devem ter os mesmos direitos de outros casais - contra 40% dos que veem a ampliação desses direitos como inaceitáveis.

Quando a afirmação é mais incisiva, no entanto, a questão muda de figura. Para a maioria da população (52%), o casamento de homem com homem ou de mulher com mulher deve ser proibido no Brasil. Para 60%, incomoda ver dois homens, ou duas mulheres, se beijando na boca em público (44,9% dizem concordar “totalmente” com a afirmação).

“É notável o avanço da aceitação do princípio da igualdade de direitos de casais heterossexuais e homossexuais”, aponta o estudo. No entanto, há uma tendência em se observar um nível mais alto de intolerância quando o teste recai sobre situações concretas, como a explicitação de uma relação entre gays em público.

Sobre esta questão, aponta a pesquisa, os jovens apresentam uma tolerância maior à homossexualidade. Os idosos mostram-se mais intolerantes. A intolerância também é maior entre religiosos. A maioria dos católicos, por exemplo, diz não aceitar a ideia de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Já os evangélicos são mais intolerantes em relação à homossexualidade.

Acesse no site de origem: [Metade da população aceita direitos de gays, mas não fora do “armário” \(Carta Capital, 27/03/2014\)](#)

Violência aumentou com fim da

lei anti-homofobia no RJ, dizem especialistas

(Agência Brasil, 23/03/2014) A derrubada da Lei Estadual 3.406/2000, que define penalidades a estabelecimentos que discriminem pessoas por causa da orientação sexual, pode estar relacionada ao aumento da violência sofrida por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros. O tema foi discutido em audiência pública na última quinta-feira (20), promovida pela Comissão de Combate às Discriminações e aos Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

De acordo com o presidente da comissão, deputado Carlos Minc, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro revogou a lei em outubro de 2012 por vício de iniciativa, depois de ela “funcionar muito bem” por 12 anos.

“A lei [definia] discriminação [e estabelecia] que agentes públicos que se omitissem [sobre o assunto] seriam punidos. Houve recurso por vício de iniciativa, porque deputado não pode legislar sobre funcionário público. O Tribunal de Justiça acatou a representação, mas não anulou só o artigo que falava de funcionário público. Aproveitaram um pouco de desinformação, e também conservadorismo da nossa Justiça, e passaram o cerol [mistura de cola com vidro moído que é aplicado em linhas de papagaios ou pipas] em toda a lei”.

O superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Claudio Nascimento, que também coordena o Programa Rio sem Homofobia, lembra que no ano passado houve 20 casos de assassinatos de pessoas vítimas de preconceito sexual no estado, e neste ano já houve sete.

“Temos uma situação concreta de discriminação e preconceito. Tem um sistema ideológico muito estruturado que vem conseguindo gerar esses níveis de violência. Estamos disputando esse debate na sociedade, mas a gente sabe que com o aumento do fundamentalismo religioso e político, o

conservadorismo da sociedade, a ideia de limpeza moral, tudo isso contribui [para a violência homofóbica]”.

O presidente do Grupo Arco-Íris, que organiza a Parada Gay do Rio de Janeiro, Júlio Moreira, lembra que a luta contra a homofobia também foi derrotada no Congresso Nacional. “Estamos num cenário político muito delicado, pela experiência que nós tivemos com o PLC 122 [Projeto de Lei da Câmara que criminaliza a homofobia], projeto que recebeu tantas emendas [que], no final, não passou. Então a gente precisa refletir sobre o que a gente quer. A gente precisa mostrar que a gente tem força”.

Para o estilista Carlos Tufvesson, responsável pela Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual da prefeitura, as casas legislativas têm sido omissas com relação à homofobia e outras intolerâncias. “Nós nunca matamos tanto negros, homossexuais, mulheres, nunca tivemos tantos crimes de intolerância religiosa. Estamos nos tornando um país intolerante. O dado de aumento de 47% dos crimes de ódio foi publicado em junho e desde então nenhuma política pública foi adotada. A gente está vivendo um verdadeiro holocausto de cidadania no nosso país. Tudo que a gente constituiu e lutou está sendo destruído”.

O vereador de Niterói Leonardo Jordano disse que não é possível dizer que a ausência de lei específica cause diretamente o aumento da violência homofóbica, mas há uma relação de causa e efeito entre os dois tópicos. “O descumprimento de leis é feito seletivamente, há diversas leis sendo descumpridas e só a [que ataca problemas ligados ao movimento] LGBT foi revogada. O movimento LBGT está sob ataque, a lei estava pacífica, consolidada. Tivemos conquistas importantes nas décadas de 1990 e de 2000, mas agora a gente vive um momento em que se busca andar para trás, os caras estão indo para a agressão. As denúncias são desmoralizadas, o debate é desqualificado, para manter no gueto a comunidade LGBT. É uma população que não pode amar em público e os outros vêm falar que [uma lei] seria criação de privilégios”.

De acordo com Minc, um novo projeto de lei com o mesmo teor da Lei 3.406 foi apresentado pelo governador Sérgio Cabral, porém, a discussão está parada na Alerj. O deputado diz que o projeto já recebeu mais de cem

emendas de pessoas contrárias à causa LGBT.

Acesse o site de origem: [Violência aumentou com fim da lei contra a homofobia, dizem especialistas](#)

Orgulho gay ferido em Uganda

(O Estado de S. Paulo, 20/03/2014) Em 2012, eu vivia em Uganda e trabalhava numa organização sem fins lucrativos na zona rural, distante dos amigos de meu país. Sendo gay e solteiro, ansiava por uma vida em comunidade. Contatei Frank Mugisha, diretor executivo da Sexual Minorities Uganda, organização que congrega os grupos de defesa dos direitos dos gays, depois de ler um ensaio escrito por ele. Por meio de Frank, conheci Richard Lusimbo, diretor de pesquisa da mesma organização e depois outros membros da vibrante comunidade LGBT de Uganda.

Eles são algumas das faces que precisam permanecer ocultas da sociedade e não confiam facilmente em estranhos. Com a ajuda desses amigos, fiz um projeto fotográfico para a revista americana The Advocate, em que membros da comunidade LGBT contavam suas histórias, muitos pela primeira vez. Meu ensaio foi publicado no website da revista em janeiro de 2012 e na sua edição impressa de fevereiro/março.

Foi um ato de coragem dos ugandenses participar desse projeto. Eles sabiam que as fotografias estariam na internet. Discutimos muito sobre as consequências se as fotos fossem vistas em Uganda. Eles entenderam que, de modo irreversível, estavam saindo do armário. Mas estavam orgulhosos de participar de uma história importante.

Em 24 de fevereiro, tudo mudou. Neste dia, o presidente Yoweri Museveni sancionou lei contra a homossexualidade. Dois dias depois, o maior tabloide de Uganda, Red Pepper, publicou um artigo intitulado “A homossexualidade pode causar doenças mentais, alerta médico”. O artigo foi acompanhado de uma foto - também publicada por The Advocate -, que eu havia tirado durante a primeira parada gay de Uganda em 2012, mostrando dois ugandenses com um largo sorriso. O jornal não pediu autorização para publicá-la.

O pior momento para mim e meus amigos ativistas ocorreu no dia 28, quando o Red Pepper republicou - novamente sem minha permissão - a versão do meu ensaio fotográfico para a revista americana. A reportagem tinha o título “Conhecidos gays ugandenses contam francamente: como nos tornamos homossexuais”. Meu nome foi colocado nos créditos como se eu fosse um dos repórteres do jornal. Algumas palavras foram mudadas e as fotos foram recortadas para eliminar minha marca d’água. A revista jamais foi contatada nem mencionada nos créditos.

Uganda tem leis rigorosas contra violação de direito autoral. Embora aqueles que participaram do ensaio e eu soubéssemos que as fotos e as histórias poderiam algum dia ser usadas contra nós, jamais pensamos que o projeto inteiro seria roubado. Alguns ugandenses muito provavelmente já tinham visto as fotos, mas a apropriação indevida pelo Red Pepper quis distribuir o material de maneira odiosa.

Meu amigo Richard, nomeado no artigo, contatou-me em Portland. Disse que seu telefone não parava de tocar. Amigos repentinamente se tornaram inimigos homofóbicos, insultando-o com palavrões. A vida de meus amigos estava em risco. Contatei os ugandenses envolvidos por e-mail e Skype. Alguns haviam encerrado suas contas em redes sociais e desligaram seus telefones. Quase todos estavam em estado de choque. Vários estavam histéricos. Outros estavam calmos, mas enfurecidos com o roubo mal-intencionado.

Elijah, que também vive em Uganda, contou-me que estava no trabalho quando colegas se aproximaram com um exemplar do jornal. O grupo, encolerizado, expulsou-o dali em meio a gritos e ameaças. Quando eu o

contatei, ele caminhava pelas ruas de Masaka, cidade distante várias horas de ônibus da sua casa. “O que devo fazer?”, ele gritou no telefone. “Perdi tudo.”

Senti-me culpado e responsável. Com amigos em Uganda, trabalhamos para encontrar alojamento temporário para Elijah. Muitos dos que contribuíram para o meu ensaio foram obrigados a mudar de localidade ou se esconder. Um fugiu do país. Várias, como Elijah, perderam o emprego.

Muitos ugandenses são contrários à nova lei e muitas decisões de tribunais do país em ações de direito civil impetradas por homossexuais têm sido favoráveis a eles. Vários tiveram seu nome revelado em 2009 pelo tabloide ugandense Rolling Stone (sem relação com a revista de música americana). Eles moveram ação contra os responsáveis e venceram, numa decisão que qualificou a reportagem da revista, revelando nomes de pessoas, uma ameaça “a direitos e liberdades fundamentais”. O tabloide posteriormente encerrou suas atividades.

Moverei uma ação judicial em Uganda por violação de direito autoral contra o tabloide Red Pepper. Até o momento, a The Advocate, a mais antiga publicação que luta pelos direitos da comunidade LGBT nos EUA, relutou em se envolver. Depois da publicação não autorizada do ensaio, a revista removeu a versão online do trabalho. O editor Lucas Grindley disse que antes de republicar o documento desejava contatar os participantes para lhes dar uma chance de “reafirmar sua intenção de resistir frente a essas novas e aterrorizadoras condições”.

**Denver David Robinson trabalha para uma organização de desenvolvimento internacional.*

TRADUÇÃO DE TEREZINHA MARTINO

Acesse o PDF: [Orgulho gay ferido em Uganda](#)

TJ da Paraíba reconhece união estável lésbica para fins previdenciários

(Portal TJPB, 18/03/2014) A união estável entre duas mulheres que mantiveram relação afetiva por mais de 20 anos foi reconhecida, post mortem, na tarde desta terça-feira (18), pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. O relator, desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, reformou a sentença de 1º grau, reconhecendo a relação homoafetiva havida entre Iraci Pereira da Silva e Maria Nancy Barbosa, esta última falecida em 22 de junho de 2012. A decisão terá efeitos para fins previdenciário (pensão por morte).

Nos autos, Iraci alega que conviveu com a companheira sob o mesmo teto por mais de 20 anos, dividindo com ela despesas, esforços e conta bancária, prestando uma à outra assistência material e afetiva. Sustenta ainda que foi designada curadora da companheira (Maria Nancy) antes do falecimento da mesma, e que geriu os bens dela até o último dia de vida.

No voto, o relator afirma que para reconhecimento da união estável é preciso comprovar os requisitos, como convivência duradoura, contínua e pública, com o objetivo de constituir uma família. O desembargador afirma também que a comunhão de vida e de interesses entre as conviventes ficou clara, através dos documentos e das provas testemunhais.

“É inafastável o reconhecimento da pretensão da autora, haja vista que seu relacionamento com a falecida consistia numa relação aparentemente pública, notória, duradoura e, sobretudo, com a qualidade que a doutrina moderna defende”, afirmou.

O magistrado também registrou que o Supremo Tribunal Federal equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e

mulheres, devendo a união homoafetiva ser reconhecida como um núcleo familiar, como qualquer outro.

Gabriela Parente

Acesse o site de origem: [TJ da Paraíba reconhece união estável lésbica para fins previdenciários](#)

LGBTs não possuem marco legal como outras “minorias”

(Última Instância) Em debate realizado na USP, ativistas protestam contra falta de regulamentação

No começo do ano, o PLC (Projeto de Lei Complementar) 122, que trata da criminalização da homofobia, foi apensado ao projeto de reforma do Código Penal que tramita no Senado. Essa decisão, muito criticada por diversos setores do movimento LGBT no Brasil, torna praticamente inviável uma alteração judicial significativa em prol dos direitos desta “minoria” - - incluindo a tipificação da homofobia como crime.

“Todas as outras formas de opressão possuem marcos legais que as tornam reconhecidas junto ao Estado, só os LGBTs que não”, afirmou Julian Rodrigues da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), que participou nesta quinta-feira (13/3) de debate “Criminalização da Homofobia” no pátio das arcadas da Faculdade de Direito da USP, no centro de São Paulo.

Rodrigues e o diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo, Eduardo Piza, afirmaram durante debate, no pátio das arcadas da faculdade, que o fato da população LGBT não possuir nenhum reconhecimento formal por parte do Estado de sua existência serve para dificultar a reivindicação de

políticas públicas para a comunidade.

Em 1995 a então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) apresentou um primeiro texto de projeto de lei para criminalizar a homofobia no país. “O texto que escrevemos era extremamente equivocado e tímido, porém era o que conseguimos produzir naquela época”, lembrou Piza. Em 2001 a ex-deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) apresentou o texto da agora apensada PLC 122 à Câmara dos Deputados.

“A homofobia atenta contra o Estado democrático de direito. Existe uma leniência da sociedade frente a este tipo de violência e isso ajuda no enfraquecimento do estado laico em nosso país”, afirmou Piza. “O que acontece hoje no país neste debate coloca em risco o nosso Estado de direito, isso é um problema de Estado, um mal social”, concluiu.

A versão do projeto de lei que saiu da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados, aprovada em Plenário e encaminhada ao Senado previa diversas situações que caracterizariam a homofobia. Entre elas estavam: a dispensa de empregados por motivo de sexo, orientação sexual e identidade de gênero; a proibição de ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público; a recusa ou prejuízo a alguém, em sistema de seleção educacional, de recrutamento ou promoção funcional ou profissional; a recusa de hospedagem, ou cobrança de sobretaxa, por parte de estabelecimentos do gênero; a recusa em negociar bens móveis ou imóveis com determinado sujeito por motivos discriminatórios; e o impedimento ou restrição de manifestação de afetividade homossexual, bissexual ou transgênero, quando estas expressões e manifestações forem permitidas aos demais cidadãos.

Abolicionismo penal

Durante o debate, Julian Rodrigues e Eduardo Piza afirmaram que para eles o debate sobre o abolicionismo penal ou direito penal mínimo só aparece quando o debate é sobre a população LGBT. “Não quero que se prenda todo mundo e aumente a criminalização que existe no país. Mas nós não temos nenhum marco legal que nos dê reconhecimento frente ao Estado e a criminalização da homofobia é este reconhecimento”, afirmou Rodrigues.

Outras lutas

Para Rodrigues as conquistas tidas por conta do ativismo judicial, como a garantia de conversão em casamento civil as uniões estáveis, são importantes, mas é necessário que o Congresso Nacional faça esses debates. “Não acho que só o judiciário salva. Não é o STF que tem que debater questões morais profundas e sim o Congresso Nacional. É preciso que tenhamos leis sobre esses temas e não nos fiarmos apenas em portarias do Poder Judiciário”, afirmou o ativista.

Texto e imagem: Luka Franca

Acesse o PDF: [LGBTs não possuem marco legal como outras “minorias” \(Última Instância, 16/03/2014\)](#)

[Acesse no site de origem](#)

Justiça concede dupla maternidade a casal de mulheres homossexuais em Recife

(O Globo) O Juiz da 1ª Vara da Família de Recife, Clícério Bezerra da Silva, concedeu dupla maternidade a um casal de mulheres homossexuais que tem um relacionamento há 10 anos, e que acaba de ter filhos gêmeos. Os bebês, que nasceram no dia 6 de fevereiro deste ano, terão duas mães e quatro avós maternos. A decisão havia sido proferida no final do mês passado, mas só foi divulgada nesta sexta-feira pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Os nomes das mulheres não foram revelados porque o processo correu em segredo de justiça, segundo a assessoria de imprensa do TJ-PE. Os bebês foram gerados por inseminação artificial. A gestação foi no útero de uma das

mulheres.

“Em um mundo onde incontáveis pequenos seres humanos são privados de despertar sentimentos nobres, como o amor, o afeto, agraciados são aqueles aos quais é permitida uma convivência saudável, verdadeira, edificante, experimentada no cotidiano da família. Há que se ressignificar a realidade social e traçar novos paradigmas”, justificou o magistrado, no processo.

Segundo o TJ-PE, é o segundo caso de dupla maternidade no estado. Na sentença, o juiz lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a existência de mais de um tipo de entidade familiar e que estendeu os mesmos direitos e deveres das uniões estáveis aos que mantêm relação homoafetiva.

Clicério Bezerra da Silva foi o mesmo juiz que, em 2012, concedeu aos empresários Mailton Albuquerque e Wilson Albuquerque, então com 35 e 40 anos, respectivamente, a primeira sentença autorizando dupla paternidade no país. Os dois, que vivem em Recife, recorreram à inseminação artificial para formar a família. Contaram com doação de óvulo de anônima - conforme determina a lei - e com a barriga solidária de uma prima, que atuou como voluntária para a gestação de Maria Tereza, a primeira filha do casal. Na certidão de nascimento da menina, hoje com dois anos, só constam os nomes dos pais. A prima que ajudou o casal até hoje permanece no anonimato.

Na sentença, juiz destacou o amor, o respeito mútuo e elogiou a iniciativa dos homens que formam o casal, considerando que eles tiveram atitude muito “macha” ao ousar reivindicar a primeira paternidade dupla no país, em sociedade preconceituosa. Hoje o casal dedica grande parte do tempo a Maria Tereza, dispensa babás nos dias de folga e até montou infra estrutura no local de trabalho para que os dois fiquem mais perto da menina.

- Ela vai ser uma menina muito feliz, porque é fruto do nosso amor - afirmou Mailton, que é pai biológico da menina.

Em 2012, ao anunciar a vitória na justiça, ele disse que o próximo passo do casal seria ter mais um filho, tendo Wilson como pai. Os dois empresários não medem palavras para definir o amor que vivem: afirmam que a maior certeza que têm, é que querem ficar juntos até o fim da vida. E agora os dois se

preparam para realizar o segundo sonho: Teo, filho biológico de Wilson, nasce em junho. Os dois filhos do casal têm a mesma mãe biológica, segundo Mailson informou ao GLOBO.

Os dois possuem uma loja que fornece equipamentos médicos e hospitalares. Mailson é enfermeiro, e logo após o nascimento de Tereza, passou em um concurso para atuar na Prefeitura, onde é lotado no Samu. Ele já entrou na burocracia municipal com pedido de licença paternidade com direitos maternos. Ou seja, quer ficar em casa por seis meses, para cuidar do segundo filho do casal. Se concedido o direito, ele será o primeiro servidor público no país a gozar da regalia naquelas condições.

Acesse o PDF: [Justiça concede dupla maternidade a casal de mulheres homossexuais em Recife \(O Globo -14/03/2014\)](#)

[Acesse o site de origem](#)

UOL: Caso raro de transmissão de HIV entre mulheres é divulgado nos EUA

(UOL) Um caso raro de possível transmissão de HIV entre mulheres foi anunciado nesta quinta-feira (13) por autoridades de Saúde americanas.

Uma mulher, de 46 anos, “provavelmente adquiriu” o vírus HIV em uma relação sexual com sua parceira, portadora da Aids, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês).

A paciente, que não teve o nome revelado, já teve relações heterossexuais anteriormente, mas não nos dez anos anteriores à infecção.

Sua companheira, que tem 43 anos e foi diagnosticada em 2008, foi sua única parceira sexual nos seis meses antes do teste positivo do vírus.

A mulher não apresentou nenhum dos outros fatores de risco, como drogas injetadas por meio de agulha, transplante de órgão, acupuntura, ou sexo desprotegido com mais de um parceiro.

O vírus tinha 98% de semelhança genética com o de sua parceira, divulgou o CDC em seu relatório semanal.

O casal disse não ter recebido informações sobre práticas de sexo seguro e contou que mantém relações sem proteção rotineiramente.

“Elas descreveram seu contato sexual como algumas vezes intenso, chegando a levar ao sangramento de uma delas”, explica o texto do CDC.

“Elas também informaram terem sexo sem proteção durante seu período de menstruação” completou a nota.

A mulher infectada desde 2008 tinha recebido prescrição de medicamentos antirretrovirais em 2009, mas parou de tomá-los em novembro de 2010.

Segundo o CDC, apesar de casos como esse serem raros, “transmissão entre mulheres são possíveis porque o HIV pode ser encontrado no líquido vaginal e no sangue da menstruação”.

O instituto reforçou que pessoas com HIV precisam ficar sob atenção médica e fazer uso dos remédios prescritos para reduzir o risco de infectar o parceiro.

Poucas ocorrências desse tipo já foram documentadas, e a confirmação “tem sido difícil pelo fato de outros fatores de risco quase sempre estarem presentes ou de ser impossível eliminá-los”, informou o CDC.

Acesse o PDF: [Caso raro de transmissão de HIV entre mulheres é divulgado nos EUA \(UOL - 13/03/2014\)](#)

